

Congresso aprova LDO com acordo

Sem a obstrução dos partidos de esquerda, passou o substitutivo do senador José Richa

BRASÍLIA — O Congresso aprovou ontem o substitutivo ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 1991, de autoria do senador José Richa (PSDB-PR), que obriga o governo a investir no ano que vem 15% da receita tributária líquida nos setores de transportes, energia e comunicações. A aprovação da LDO só foi possível depois que o Senado, pela manhã, aprovou o projeto de lei salarial. Sem a obstrução do PT e dos demais partidos de esquerda, que condicionavam a votação da LDO à proposta salarial, a sessão transcorreu normalmente. O PT ainda tentou apresentar quatro emendas alterando o texto da Comissão Mista de Orçamento, mas foi derrotado. O líder do governo na Câmara, Renan Calheiros (PRN-AL), disse que o governo vai vetar o parágrafo segundo do artigo 32, que destina para a saúde no mínimo 30% do orçamento da segurança social.

Pelo texto aprovado ontem, as despesas com custeio administrativo e operacional, inclusive com pessoal e encargos sociais, terão como limite máximo, em 1991, 90% no valor dos créditos orçamentários deste ano, corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC).



Protásio Nêne/AE

Governo e oposição negociam no plenário: acordo garante aprovação da LDO

O PT, com o apoio do PMDB, PDT, PSB, PCB e PC do B, tentou aprovar uma emenda que, se aprovada, obrigaria a União a refinanciar 75% das dívidas dos Estados e Municípios que vencem em 1991, determinando o pagamento de apenas 25%. A proposta, porém, foi rejeitada pela maioria dos partidos.

“Não se pode fixar o montante do pagamento das dívidas externas se não sabemos as condições do acordo com os credores do país”, argumentou

tou o relator do substitutivo senador José Richa.

A LDO obriga o governo a apresentar, junto com o orçamento da União para 1991, vários demonstrativos das contas públicas. Entre eles, estão demonstrativos das despesas e receitas dos orçamentos fiscal e da seguridade social e tabelas explicativas sobre as receitas e despesas da administração direta, das autarquias, das funções, dos fundos e demais entidades da administração indireta.

O plano plurianual

1991-1995 que o governo enviará ao Congresso também deverá ser pormenorizado, “indicando as metas físicas a nível de subprograma e as correspondentes necessidades de recursos”.

O governo foi contra a inclusão desse texto porque pretendia elaborar um plano plurianual sem detalhes. Temendo um possível voto presidencial, o senador José Richa já enviou ao líder do governo, Renan Calheiros, que a Constituição proíbe vetos a expressões.